

IRREGULARIDADES

# CPIs voltam-se agora para Funai e a borracha

INSTITUTO DOCUMENTAÇÃO  
 A crítica  
 25/5/99 A-5  
 PINK 2007

**DAS CPIS QUE FICARAM NA GAVETA, O GOVERNO TEM SÉRIAS RESTRIÇÕES À UMA DELAS, A QUE SE DESTINA A INVESTIGAR A FUNAI E ÁREAS INDÍGENAS, EXPONDO A QUESTÃO DA DEMARCAÇÃO**

ROSELI GARCIA  
 SUCURSAL DE BRÁSILIA

A Câmara dos Deputados instala, esta, três comissões de inquérito que estavam na gaveta para evitar uma investigação sobre o sistema financeiro e sobre a interferência das grandes multinacionais no esporte brasileiro, especialmente futebol, a chamada CPI da Nike, que poderia macular a reputação da seleção canarinho. Serão instaladas duas comissões sobre a produção de borracha: uma sobre a crise no setor e outra para apurar a redução e a destinação dos recursos da Tormb (Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha). E também uma CPI para investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai), proposta há quatro anos.

Indicado relator da CPI da Tormb, o deputado Luciano Pizzatto (PFL-PR) começou a elaborar o programa de trabalho. Após a escolha do presidente da comissão, prevista para amanhã, ele propõe a convocação da presidente do Ibama, Marília Marreco, a solicitação do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que originou a denúncia, e os dados sobre cotas de importação e produção da borracha. Autor do requerimento para instalação da CPI da Tormb, o deputado João Maia (PFL) não se reeleger. A chamada taxa de equalização já nem existe mais. Ela foi trocada pela subvenção ao produtor da borracha natural.

Segundo Pizzatto, as denúncias apontam um desvio da ordem de R\$ 40 milhões por ano desde 1990. "Esse volume foi reduzido a cerca de R\$ 7 milhões, ao ano, por uma portaria do Ibama. Os recursos eram arrecadados com a cobrança de uma taxa sobre a borracha importada", explica o relator. Com a redução, as empresas optaram pelo produto importado, enfraquecendo o mercado interno, especialmente da produ-

ção dos seringais. O mais grave ainda é que os recursos arrecadados não foram aplicados nas comunidades produtoras, conforme determinava a legislação.

**MESMO TEMA**

A comissão para investigar a crise no setor da borracha - gerada pelos preços defasados, incremento na importação e domínio de mercado por quatro ou cinco multinacionais - também foi ressuscitada pela presidência da Câmara dos Deputados. O requerimento solicitando sua instalação foi apresentado em 1993 pelo deputado Pauderney Avelino (PFL).

Euzivaldo Queiroz



**INDÍOS**  
 Elton Rohnelt questiona as demarcações

A escolha do presidente e relator está prevista para hoje. Pizzatto concorda que por se tratarem do mesmo tema, os dois assuntos poderiam ser investigados por uma CPI apenas. Ele afirma, no entanto, que essa negociação não foi possível.

A disposição do presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), de instalar as comissões de inquéritos engavetadas deixou satisfeito o deputado Elton Rohnelt (PFL-RR), que desde 1995 tenta investigar a atuação da Funai. Autor de pedidos de autorização para explorar minerais na área ianomâmi, Rohnelt questiona os critérios para demarcação de terras indígenas, a relação dos órgãos públicos com as ONGs, requisitos para contratações de antropólogos e a aplicação das verbas orçamentárias.

O próprio Governo é contra a CPI

da Funai, pedida por Rohnelt, Nícias Ribeiro (PSDB-PA) e Antônio Feijão (PSDB-AP). O ministro da Justiça, Renan Calheiros, fez um apelo para que o deputado, que ocupa a vice-liderança do Governo, desistisse da comissão. Mas não foi bem sucedido. Na quarta-feira, o PSDB era o único partido que não tinha indicado deputado para a CPI. A oposição indicou os seus para evitar que a investigação ficasse nas mãos de parlamentares que defendem exploração mineral e madeira em área indígena e a redução das reservas.

A Constituição não deu poderes à Funai para aumentar as reservas indígenas. Mas elas foram aumentadas. E outras foram criadas, sem o menor critério. A falta de critério da Funai estaria caracterizada em duas reservas. Para os índios ianomami foram demarcados 9.664.975 hectares, área maior do que o Estado de Sergipe, do que o Estado de Alagoas, do que o Estado do Rio de Janeiro, do que o Estado do Espírito Santo, do que o Estado do Rio Grande do Norte, do que o Estado da Paraíba e do que o Estado de Santa Catarina. É maior, também, do que a Hungria, é maior do que Portugal e a Holanda. Tudo isto para uma população de 9.910 índios. Se dividirmos esse número de hectares pelo número de índios (não importa se criança, adolescente, idade madura ou velho) teremos a cifra de quase mil hectares por índio. Mais exatamente: 975,27 hectares.

Com o funcionamento dessas CPIs, além das que investiga o narcotráfico e o desperdício de alimentos, no período anterior ao Governo de Fernando Henrique, fica prejudicada qualquer nova tentativa. Conforme o regimento, podem funcionar apenas cinco comissões de inquérito ao mesmo tempo.

ONDE ESTÃO AS RESERVAS INDÍGENAS				
1.899.701	8.418	130,0	225,67	
12.000.000	15.079	13,5	795,80	
3.836.231	4.242	16,0	904,34	
22.292.934	7.959	18,0	2.800,97	
35.000.000	43.000	22,5	813,95	
12.816,338	27.495	57,0	466,13	

\* Dados da Fundação Nacional do Índio (Funai)